CMP 2.2.1.1.65.6

Crônica da família Matarazzo, um império ameaçado

Eles foram o símbolo industrial de São Paulo. E com 'fé, honra e trabalho' acumularam a maior fortuna do Brasil. Aqui contamos como começaram a perdê-la

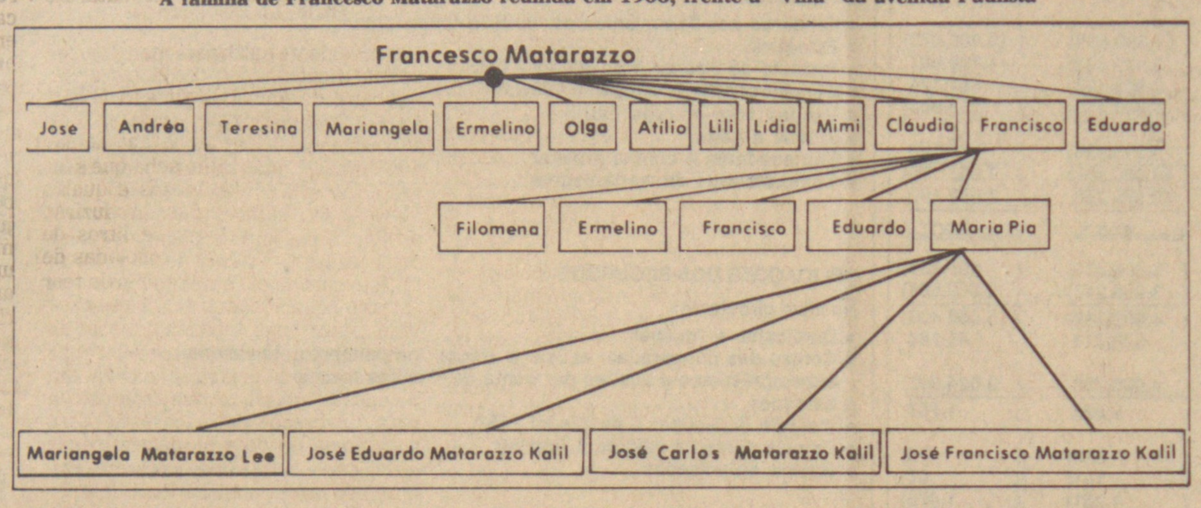
CARLOS BRICKMANN

Esta é a história dos Matarazzo. E é mais do que isso: é a história de uma fábrica, de um império, de uma das maiores fortunas do mundo. Aqui se conta como um imigrante do Sul da Itália chegou ao Brasil no fim do século passado, viu que este era um país onde tudo estava por fazer, e fez.

Esta é a história de sua família, que se confunde com a história de São Paulo. Do sobrinho Ciccilo, que montaria a maior indústria brasileira de latas — e, de quebra, lançaria a indústria cinematográfica nacional, com a Vera Cruz; e traria para o Brasil a então desconhecida arte moderna, com as Bienais; e transformaria o Quarto Centenário de São Paulo numa festa inesquecível. Do cunhado Julio Pignatari, casado com sua irmã Lidia, que foi sócio de Ciccilo, fabricante de talheres de prata e aço (Wolf), proprietário de uma próspera indústria de eletrodomésticos (Spam); e pai de Baby, um dos grandes playboys brasileiros. Do filho Francisco, o "conde Chiquinho", que presidiu à consolidação e o início da decadência do império.

E é, principalmente, a história dos símbolos. Do prédio, ali na esquina do viaduto do Chá com a rua Líbero Badaró, que virou cartão postal de cidade. Da casa, erguida em meio alqueire de terreno na avenida Paulista, com um relógio pintado na parede e uma inscrição em latim: "Marco apenas as boas horas" (agora, mais do que nunca, um grito de esperança). A história de seu lema, "Fides, Honor, Labor". Fé, Honra, Trabalho: se este lema fosse mais difundido, estaria o Brasil na situação em que hoje está?

A família de Francesco Matarazzo reunida em 1906, frente à "Villa" da avenida Paulista



O conde e o mito

Nossa crônica paulistana começa há mais de cem anos, em 1882, quando o imigrante Francesco Matarazzo chegou a Sorocaba, centro das tropas de burros que percorriam o Interior, com a mulher, dois filhos e uma determinação na vida: "Jamais ter um patrão."

Era um Brasil preguiçoso, o desta época. Havia aqui senhores e escravos, os fazendeiros produziam para consumo próprio e para exportação, pouco se comprava, pouco se vendia. Todos cozinhavam com banha de porco; e a banha vinda dos Estados Unidos em enormes barris de madeira. Matarazzo, empreendedor, começou a matar seus próprios porcos e — novidade absoluta na época — a vender a banha em latas.

Logo Sorocaba ficou pequena para Francesco. Mudou-se para São Paulo. E descobriu que a farinha de trigo era toda importada. Inovou mais uma vez: passou a importar o trigo, muito mais barato, e a moê-lo por aqui. Foi a primeira fábrica brasileira movida a eletricidade. Os sacos para o trigo eram importados; Matarazzo passou a fabricá-los. Utilizadas as fibras do algodão, sobrava o caroço. Matarazzo começou a extrair óleo. Espremido o caroço restavam estearina e glicerina. Matarazzo passou a fabricar velas. Era preciso embrulhar as velas. Matarazzo abriu uma fábrica de embalagens. As latas de óleo e banha eram acondicionadas em caixotes. Matarazzo abriu uma serraria.

Na época, os imigrantes italianos, recém-chegados, costumavam remeter para a família, na Itália, parte de seus salários. Matarazzo fundou um banco que se encarregava dessas remessas.

Um empresário audacioso, moderno. Mas nem sempre: toda a matéria-prima utilizada nas fábricas era pessoalmente escolhida e comprada por ele. Confiar nos empregados, sim; mas os excessos sempre foram prejudiciais.

Um homem contraditório, Francesco Matarazzo. Fazia questão do título de conde, que recebera do rei da Itália; mas gostava também de ser chamado de "o primeiro operário de São Paulo".

Quando morreu, em 1937, deixou um mito, um império industrial (365 fábricas — ou, como se dizia, "uma fábrica para cada dia do ano), uma fortuna. Seu filho, o conde Chiquinho, herdou um conjunto de empresas que equivalia ao segundo Estado do País: sua receita era inferior apenas à do Estado de São Paulo. O conde Chiquinho herdou ainda algo mais: as contradições do pai.

A glória e a queda

Viaduto do Chá, esquina Líbero Badaró. Ali, do alto de um edifício revestido de mármore de Carrara ("o mais belo prédio de São Paulo", segundo Carlos Lacerda), num escritório cercado por jardins suspensos, o conde Chiquinho governou seu império por 40 anos. Ele consolidou o império, é certo; mas também é certo que nem de longe tinha o gênio do pai. O conde Francesco era um inovador; o conde Chiquinho, mesmo na época em que ampliava as empresas, jamais entrou num setor de tecnologia de ponta (e, mais importante, jamais gastou dinheiro na criação de uma tecnologia Matarazzo).

Um homem no velho estilo, o conde Chiquinho. Só que o velho estilo tinha mudado, o que servia para seu pai já não servia nos novos tempos. Ele nunca teve secretária; odiava telefones (só os utilizava quando não havia alternativa); não tinha cadeiras para os visitantes em seu escritório. Mas, justiça seja feita, era um cavalheiro: ele também conversava de pé. Publicidade? Jamais. E lentamente os produtos Matarazzo foram caindo no mercado, perdendo posições (o grupo demorou para acordar; quando acordou, teve bons resultados. A campanha de Ênio Mainardi para a Petybon, "o macarrão da mamma", provocou aumento de vendas. Mas a Matarazzo já estava vendendo a Petybon).

"O conde Francesco construiu o mito", diz José de Souza Martins, autor de aplaudida tese de mestrado sobre o império Matarazzo. "O conde Chiquinho viveu o mito. A vida do conde Chiquinho é a morte do mito Matarazzo."

Um grande amigo do conde Chiquinho, o jornalista Paulo Duarte, disse que seu grande problema era a soberba, o orgulho excessivo. Mas não só: "O velho conde Matarazzo era muito inteligente e muito arguto, e tinha uma compreensão humana que o Chiquinho não tinha. O velho era espontâneo e falador. Chiquinho não era muito simpático e não gostava de dar entrevistas. Eu acho que é porque ele não tinha muito brilho pessoal e talvez tivesse medo de se expor. Acho que ele levou a sério demais essa história de ser homem de negócios."

Mas todos gostavam deles. Seus almoços eram famosos, bons cozinheiros, boa comida, excelente vinho. Meio gordo, o conde Chiquinho explicava: "Há duas escolas de gourmet. Uns dizem que é melhor comer pouco várias vezes por dia. Outros acham melhor comer muito duas vezes por dia. Eu não sou radical: gosto de comer muito várias vezes por dia." De política não entendia: admirava simultaneamente Mussolini e Winston Churchill, gostava de Getúlio Vargas e de Júlio de Mesquita Filho. Foi amigo de Assis Chateaubriand; depois romperam, e Chateaubriand o qualificou de "açougueiro" (referência ainda aos velhos tempos da banha de porco). Indignou-se: "Sou um industrial." E, por causa de Chateaubriand, perdeu dinheiro em dois jornais: em 1945, comprou a "**Folha da Manhã**" para atacar os "**Diários Associados**", mas brigou com seu sócio Nabantino Ramos e ficou sem o jornal; em 1953, deu 20 milhões de cruzeiros a Samuel Wainer, a pedido de Getúlio Vargas, para a fundação da "**Última Hora**" paulista, que deveria concorrer com o "**Diário da Noite**".

Destas aventuras jornalísticas sobrou um bom saldo: foi buscar na Itália um homem capaz de dirigir a "**Folha**" e trouxe Gianinno Carta (pai dos também jornalistas Luís e Mino Carta). Quando Gianinno chegou ao Brasil, o conde já se havia afastado da "**Folha**". Gianinno foi então pará o "**Estado**" onde formou toda uma geração de jornalistas.

Os problemas da família; os desquites; e o início da queda

O mundo estava mudando e a Matarazzo sofrendo. As multinacionais se instalavam no Brasil, trazendo novos métodos de produção e comercialização; grupos nacionais, como o Votorantim, cresciam e tomavam fatias de mercado do conde Chiquinho. E na vida particular ele também tinha problemas.

Seus filhos, por exemplo. Ermelino, um dos favoritos, cismou de ser jogador de futebol. Era goleiro, e bem razoável; chegou a ser reserva do grande Osvaldo Baliza no Botafogo do Rio. E os problemas se avolumavam. Homem religioso, amigo de padres e bispos, um dos grandes financiadores da construção da Catedral de São Paulo, não admitia o desquite, pecado dos pecados; e não recebia em sua casa pessoas desquitadas. A questão ia tão longe que ameaçou prejudicar até a festa de casamento de sua filha caçula Maria Pia com Roberto Lee; os pais de Roberto eram desquitados e o conde não queria que fossem à sua casa.

E todos os seus filhos — parece castigo — criaram problemas nessa área. Maria Pia casou três vezes durante a vida do pai: com Lee, José Carlos Kalil e Renato Santos Cruz (e mais uma depois de sua morte, com Roberto Calmon de Barros Barreto, o atual marido). Filomena, a mais velha, casou três vezes; Ermelino casou pela primeira vez com Helene, ex-mulher de Walther Moreira Salles; Francisco (mais conhecido como Chico 3.º) teve um caso tempestuoso, comentadíssimo, e casou depois por duas vezes; Eduardo também casou duas vezes. Era muito para um homem de um só casamento, que viveu 53 anos com a mesma mulher: sua prima-irmã Mariangela, filha de Andrea, irmã de Ciccilo.

E o império perdia força. Em 1972, seu grande símbolo, o prédio de mármore do Viaduto do Chá, era vendido a Nagib Audi, de fortuna bem mais recente. Dizia-se que o objetivo da venda era consolidar a descentralização administrativa da empresa — mas quem acredita nisso? E o banco, a velha Casa Bancária F. Matarazzo, também mudava de mãos em 1977 — o comprador, de fortuna bem mais antiga, era Gastão Vidigal. Dizia-se que a empresa pretendia consolidar sua vocação industrial — e por isso foi vendido o banco, bem na hora em que os bancos se preparavam para dar mais lucros do que nunca.

Estávamos na época do milagre brasileiro, em pleno "**boom**" econômico. Todas as empresas cresceram rapidamente — menos uma: a Matarazzo. De 1973 a 1975, segundo o **Quem é quem na economia brasileira**, da revista "**Visão**", seu patrimônio líquido cresceu menos que a inflação — ou seja, diminuiu. E perdeu a oportunidade de acumular forças para enfrentar a crise que viria.

Eram muitos problemas para o velho conde. E, não bastassem estes, seus filhos Ermelino e Eduardo se rebelaram contra sua decisão de escolher Maria Pia como sua herdeira na direção do grupo. Pouco antes de morrer, levou o amigo Paulo Duarte a Campos do Jordão. Lá, em sua casa de montanha, mostrou-lhe um incrível chuveiro que, equipado com duchas laterais, molha ao mesmo tempo o corpo todo. E confessou: "Esta é uma das minhas poucas alegrias na vida."

Luta contra a queda

Morto o pai, assume Maria Pia, prometendo prosseguir nos planos de reestruturação do grupo para reerguê-lo, torná-lo forte como nos velhos tempos. Dura tarefa: segundo um ex-diretor-financeiro, "a Matarazzo é um enorme conglomerado de pequenas e médias empresas que são administradas como se fossem grandes". Gerald Reiss, que defendeu tese em Berkeley sobre a Matarazzo, diz que o grupo "vem falindo a prestações".

Não bastassem os problemas do grupo, havia os problemas de família. Eduardo e Ermelino processaram a irmã, tentando afastá-la do comando; ela resistiu com êxito. Mais tarde, ela se separou do terceiro marido, Renato Santos Cruz, e afastou-o da diretoria; casou com Roberto Calmon de Barros Barreto, e nomeou-o vice-presidente. Os irmãos jamais concordaram com o hábito de Maria Pia de colocar seus maridos na diretoria: a briga com Eduardo vem desde antes da morte do conde, e a briga com Ermelino, que fora esquecida em 1978, depois de longa mediação do ministro Mário Henrique Simonsen, renasceu em 1981, com um grande escândalo.

Um grande escândalo: o **Joligate**, assim chamado por ter ocorrido na sede da empresa, na rua Joli, Brás. Alguém gravou telefonemas atribuídos a Ermelino, em que eram feitas ameaças a Barros Barreto; Maria Pia divulgou os telefonemas e os irmãos romperam. A briga só se azedou desde então: Ermelino, publicamente, refutou os termos do pedido de concordata da Matarazzo e atribuiu os problemas da empresa à má administração. Indignada, Maria Pia disse que essas acusações eram típicas de seu irmão, e por esse motivo não se daria ao trabalho de refutá-las.

O fato é que a luta de Maria Pia contra o desastre ainda não foi bem sucedida. Em 1981, na revista "**Exame**", a Matarazzo previa que sua situação se normalizaria a partir de 1983. Mas foi exatamente o ano em que a empresa teve de pedir concordata. E os próprios ataques ao governo federal desfechados no pedido de concordata são claros: se a situação do grupo fosse um pouco melhor ela dificilmente recorreria a termos tão pesados.

Mesmo porque a Matarazzo sempre esteve ligada aos governos. À ditadura e ao governo constitucional de Getúlio Vargas, a Juscelino Kubitschek, à Revolução. "A atitude do grupo Matarazzo é de apoio à Revolução", dizia em 1977 Renato Santos Cruz, na époica marido de Maria Pia e diretor da empresa. "Embora nossos planos não estejam ligados ao momento político do país, temos confiança absoluta no governo, no sistema e nas instituições. Um exemplo prático é nosso esforço na economia de combustíveis. O empresariado tem de apoiar essas iniciativas".

E agora?, ninguém sabe. É fato que o patrimônio imobiliário da Matarazzo é fantástico: só os terrenos próximos ao estádio do Palmeiras seriam suficientes para liquidar o passivo da empresa (e, segundo os dados da empresa, são de sua propriedade 750 milhões de metros quadradros). Mas não é menos fato que, na atual situação, vender terrenos não é tarefa muito fácil; e os preços estão deprimidos.

O caso é que fatos até há poucos anos impensáveis acabaram acontecendo. Títulos da Matarazzo foram protestados; uma empresa, a Celanese, pediu a falência da própria Indústria Reunidas Fábricas Matarazzo, a orgulhosa cabeça do império; e o Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, Badesp, ousou levar a cartório a própria comandante do conglomerado, Maria Pia Esmeralda Matarazzo. São fatos inacreditáveis, mas verdadeiros. E quando o impensável acontece, é impossível fazer qualquer previsão sobre o futuro. Talvez Maria Pia seja capaz de desfazer o mito segundo o qual, mesmo nas famílias mais bem dotadas, só há lugar para um gênio.

Maria Pia agora é crítica e política

TÃO GOMES PINTO

Ao entrar no gabinete do presidente da República para uma audiência, na quinta-feira, a sra. Maria Pia Matarazzo estaria dando mais alguns passos no sentido de se transformar de mulher de negócios em atuante empresária com preocupações políticas e, mais do que isso, pensamento independente e crítico. Uma espécie de Antônio Ermírio de Morais de saia.

Essa a interpretação que corre nos meios empresariais para algumas atitudes recentes de Maria Pia, inclusive a escolha dos termos que ela usou para pedir concordata. Até agora não se identificou um Pigmalião nessa história, mesmo porque Maria Pia, pelos seus dotes, dispensaria um professor de fonética. Mas sabe-se que essa transformação foi discutida a nível de empresa e que a idéia geral é deixar de lado o clássico comportamento matarazziano de ignorar tudo o que acontece a mais de 100 metros do portão da fábrica. As empresas Matarazzo, Maria Pia à frente, decidiram abrir os olhos e a boca.

Ficam assim revogadas disposições ancestrais que recomendavam distanciamento dos políticos e tecnocratas dissidentes. A decisão de Maria Pia de politizar-se, como se comenta nos meios empresariais, para aproveitar os espaços da abertura, ficou muito nítida no longo arrazoado do pedido de concordata das 11 entre as 42 empresas do grupo, assinado pelos advogados Saulo Ramos e Rubens Vandoni.

Nesse documento não existe nenhuma justificativa de natureza técnica para o pedido de concordata. É um texto político por excelência. Uma longa catilinária contra o governo e seus métodos, de fato um tanto peculiares de administrar um sistema fundamentado na livre iniciativa e na propriedade privada. O arrazoado acusa as autoridades econômicas de tentarem implantar no Brasil um híbrido capitalista-marxista. Mais marxista do que capitalista. Cita Adam Smith, Friedman, Keynes.

Não se trata de um improviso escrito em cima da perna no tumulto de uma situação crítica. Foi um texto imaginado, pesquisado e redigido para ter a mais ampla repercussão. Uma fonte ligada à empresa informa que havia mesmo um mini plano de mídia que recomendava, em caso de necessidade, a divulgação como matéria paga.

O Cícero dessa catilinária foi mesmo o advogado Saulo Ramos. Aplicou ali seu talento de ex-poeta para captar os anseios dominantes no momento na classe empresarial.

Foto histórica: Ciccillo explica o projeto de Niemeyer para o Ibirapuera

Ciccillo, protetor das artes, o último mecenas

Cena ocorrida em 1954, durante os preparativos para o 4.º Centenário da cidade de São Paulo. O prefeito Jânio Quadros, terror dos subalternos, autoritário e agressivo, chamara os repórteres para um grande espetáculo: a descompostura que iria passar em Ciccillo Matarazzo, presidente da Comissão de Festejos.

Ciccillo entrou tranquilamente na sala, os repórteres pegaram as canetas, Jânio começou a gritar. Ciccillo ouviu um pouco, interrompeu com voz mansa:

— Jânio...

Jânio parou de gritar, Ciccillo completou:

— Vá tomar...

E retirou-se tranquilamente.

O outro império

Ciccillo, Francisco Matarazzo Sobrinho, era primo do conde Chiquinho. Primo e cunhado: sua irmã, a condessa Mariângela, era esposa do conde. Seu pai, Andrea, era sócio do velho Francesco; mas ele nunca quis trabalhar na IRFM. "A febre do poder tomou conta de mim", contava ele, ironicamente (justo ele, a quem o poder e a fortuna jamais impressionaram). "Eu queria marcar minha presença."

E marcou. Marcou na indústria; marcou nas artes; marcou na política. Sua fábrica de latas, a Metalma (Metalúrgica Matarazzo), é até hoje um sucesso. Suas outras empresas também cresceram: Mecânica Nacional, Liquigás, Liquifarm, Suiá-Miçu, Laminação de Metais de São Paulo, Mecânica Metalúrgica Brasileira. Já velho, decidiu dar mais uma contribuição ao País: entrou na política. Disputou as eleições para prefeito de Ubatuba, venceu. Contratou, pagando de seu bolso, uma empresa especializada em planejamento urbano, a Sagmacs, filiada à IRFED, empresa ligada ao padre Lebret, que pesquisou problemas urbanos em 86 países. A Sagmacs preparou um plano-piloto para Ubatuba que jamais foi utilizado: a Câmara Municipal bloqueou o trabalho. Nem seu secretário de Obras, o nacionalmente famoso Osvaldo Bratke, conseguiu vencer a resistência dos vereadores mais interessados em empregos que no desenvolvimento harmônico de sua cidade.

No terreno educacional, fez uma revolução: sua secretária da Educação, Alzira Helena Teixeira, preparou, em conjunto com a "**Folha de S. Paulo**", a Operação Ubatuba, um gigantesco programa educacional baseado no método Paulo Freire. A "**Folha**" designou um repórter, Ewaldo Dantas Ferreira, para coordenar os trabalhos e acompanhar o desenvolvimento da experiência; convocou estudantes universitários para funcionarem como professores (em três dias, havia reunido 400 voluntários); patrocinou o curso que habilitou os universitários; e obteve o apoio logístico das Forças Armadas e da Polícia Militar (que na época se chamava Força Pública). A Operação Ubatuba, desencadeada logo após a Revolução de 1964, foi o maior sucesso da administração de Ciccillo: 40 salas de aula foram espalhadas ao longo de 100 km de praia. E, se o plano tivesse prosseguido depois que Ciccillo deixou a Prefeitura, não haveria hoje analfabetos em Ubatuba.

O último mecenas

Grande homem, este Ciccillo. Nasceu rico; ampliou a fortuna; deu muito ao País. Logo depois da Segunda Guerra Mundial, visitou a Europa, visitou os museus, tomou gosto pela arte moderna. Voltando a São Paulo, organizou em 1947 o Museu de Arte Moderna, em colaboração com sua esposa, Yolanda Penteado. Achou pouco: financiou seu amigo Franco Zampari na fundação da Companhia Cinematográfica Vera Cruz (que, entre outros, produziu filmes como **Floradas na Serra**, com Cacilda Becker); contribuiu para a fundação do Teatro Brasileiro de Comédia; e, em 1951, utilizando seu prestígio internacional, montou a 1.ª Bienal de São Paulo. Seus amigos esperavam um fracasso total. Ele esperava que uns cinco países mandassem representantes. Vieram 1.800 obras, de 21 países. E 200 mil pessoas foram visitá-las — algo como 10% da população da cidade na época.

Era inevitável: Ciccillo foi praticamente aclamado presidente da comissão que organizaria o 4.º Centenário de São Paulo. Escolheu o Parque Ibirapuera, até então selvagem, para sede dos festejos; contratou um arquiteto com fama de maluco, Oscar Niemeyer, para projetar os edifícios necessários (que a crítica da época chamava de "mostrengos"); e montou uma bela festa — quem dela participou nunca irá esquecê-la. Mas não ficou até o fim: depois do insulto a Jânio, retirou-se da comissão de festejos.

Mas continuou lutando pela Bienal (que, para coincidir com o 4.º Centenário, foi adiada para 1954). Trouxe ao Brasil o mural **Guernica**, de Pablo Picasso. Trouxe também Paul Klee, Leger, Alexander Calder. Mais tarde, em outras bienais, traria Van Gogh; e colocaria em destaque os artistas brasileiros, Manabu Mabe, Tarsila do Amaral, Isabel Pons. "A Bienal tornou São Paulo uma realidade internacional em matéria de arte, graças a Ciccillo", garantiu Sabato Magaldi, "Ciccillo foi um dos homens mais úteis que São Paulo teve até hoje", sustentou Paulo Duarte. E mesmo os inimigos dos Matarazzo gostavam dele: "Você é Ciccillo, não Matarazzo", ensinava Assis Chateaubriand.

Era Ciccillo; e era Matarazzo. Era um mecenas, "o último mecenas", como o chamaram os jornais da época; era um industrial dinâmico, como seu tio. E, mais que qualquer Matarazzo, tinha prestígio internacional: em 1971, decidiu percorrer o mundo em 15 dias, para organizar a Bienal e ninguém — ninguém — rejeitou seu convite.

Os outros Matarazzo

Esses tempos já passaram — e a morte do conde Chiquinho e de Ciccillo, com 20 dias de diferença, foram um marco na história industrial de São Paulo. A Metalma, carro-chefe das empresas de Ciccillo, associou-se a um grupo americano; a IRFM, líder do grupo de Chiquinho, está em concordata. Mas, o nome Matarazzo continua em evidência: se já não brilha tanto na indústria, espalhou-se pela psicologia (Maria Helena Matarazzo), pela política (deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, do PT), na cultura (Fundação Rafaelle Camielle Matarazzo, que doou o acervo do Museu de Arte e Arqueologia da Universidade de São Paulo), na saúde (onde há o pioneiro Hospital Matarazzo). É mais de um século de história. E isso não se apaga facilmente. (C.B.)

"Projeto maluco": o Ibirapuera

Ciccillo na Bienal que criou

SUCAR

AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE SOBRAS E PERDAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MAIO

(EXPRESSA EM MILHARES DE CRUZEIROS)

	1983	1982
RENDA OPERACIONAL BRUTA		
Açúcar e Álcool	452.830.121	206.224.293
Outros Produtos	8.709.228	3.564.234
	461.539.349	209.788.527
IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE AS VENDAS	(32.684.041)	(15.006.783)
	428.855.308	194.781.744
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		
Açúcar e Álcool	(412.009.149)	(185.524.205)
Outros Produtos	(5.990.580)	(2.390.358)
	10.855.579	6.867.181
RESULTADO DE COMERCIALIZAÇÃO		
Demais despesas deduzidas de receitas de Cr$ 1.560.193 (1982 - Cr$ 125.224)	(8.599.192)	(4.853.370)
	2.256.387	2.013.811
RECEITAS (DESPESAS) A RATEAR ENTRE AS COOPERADAS		
• Financeiras deduzidas de receitas no montante de Cr$ 9.017.881 (1982 - Cr$ 17.598.787)	(55.369.669)	(10.400.073)
• Ágio de qualidade	3.411.673	1.109.807
• Ágio de polarização	3.903.123	467.124
• Publicidade, propaganda e promoção	(1.846.336)	(258.387)
• Demais (despesas) deduzidas de receitas de Cr$ 287.626 (1982 - Cr$ 284.128)	(2.315.936)	15.528
Resultado das operações de comercialização por conta das cooperadas	(49.960.758)	(7.052.190)
Apropriação para a conta de açúcar e de álcool das cooperadas	49.960.758	7.052.190
	—.—	—.—
DESPESAS (RECEITAS) ADMINISTRATIVAS DA COOPERATIVA		
• Atividade de assessoria	(1.805.371)	(695.935)
• Despesas administrativas e gerais	(3.098.247)	(2.370.504)
	(4.903.618)	(3.066.439)
Receitas Diversas	300.713	43.184
Apropriação da conta de cooperadas para ressarcimento de gastos administrativos e gerais	4.606.730	3.024.992
	3.825	1.737
APROPRIAÇÕES:		
• Fundo de reserva legal	(383)	(174)
• Fundo de assistência técnica, educacional e social	(191)	(87)
• Retorno a distribuir	(3.251)	(1.476)
	—.—	—.—

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MAIO

(EXPRESSA EM MILHARES DE CRUZEIROS)

	1983	1982
ORIGENS DOS RECURSOS		
Encargos que não representam desembolso de numerário:		
• Depreciações	35.701	15.329
• Fundo de assistência técnica, educacional e social	191	87
• Reserva legal	383	174
• Reserva para riscos diversos	361	233
	36.636	15.823
Das Cooperadas:		
• Contas de açúcar e álcool, fornecimento, movimento, subempréstimos e aceites por conta de créditos futuros	21.774.179	7.134.062
• Integralização de capital	1.073.901	7.729.760
	22.848.080	14.863.822
De terceiros:		
• Credores por financiamentos, curto e longo prazo	17.110.728	9.764.481
• Estoques	685.777	—.—
• Instituto do Açúcar e do Álcool - IAA	1.820.736	—.—
• Demais contas e valores a receber	1.323.793	—.—
• Vendas para entrega futura	7.226.964	2.168.896
• Títulos a pagar	26.566.619	5.374.407
• Fornecedores e contas a pagar	12.988.912	8.141.439
• Compromissos de warrantagem	37.215.412	18.967.163
	104.938.941	44.416.386
	127.823.657	59.296.031
APLICAÇÕES DOS RECURSOS		
No ativo circulante:		
• Duplicatas a receber	43.278.022	12.184.048
• Contas das cooperadas: açúcar e álcool, fornecimento, movimento, subempréstimos e aceites por conta de créditos futuros	71.965.559	28.969.783
• Estoques	—.—	7.814.359
• Instituto do Açúcar e do Álcool - IAA	—.—	4.821.405
• Demais contas e valores a receber	—.—	1.022.122
• Gastos antecipados	—.—	91.642
	115.243.581	54.903.359
No realizável a longo prazo:		
• Aceites por conta de créditos futuros	58.000	—.—
• Demais contas e valores a receber	23.999	94.225
	81.999	94.225
Na redução do passivo circulante:		
• Bancos conta garantida subempréstimos	93.317	—.—
	93.317	—.—
Na redução do exigível a longo prazo e resultados de exercícios futuros:		
• Títulos a pagar	—.—	134.405
• Resultados de exercícios futuros	23.732	26.959
	23.732	161.364
No ativo permanente:		
• Investimentos	3.930.342	1.644.170
• Imobilizado Técnico	660.315	264.460
• Diferido	44.819	3.346
	4.635.476	1.911.976
	120.078.105	57.070.924
Sobra nas aplicações de recursos em relação às origens	7.745.552	2.225.107
Saldo em caixa e bancos no início do exercício	4.186.879	1.961.772
Saldo em caixa e bancos no final do exercício	11.932.431	4.186.879

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MAIO DE 1983 E DE 1982

1. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

(a) Apuração da conta de sobras e perdas

A apuração da conta de sobras e perdas é feita segundo o regime de competência de exercícios para a contabilização das receitas e despesas incorridas até 31 de maio, relacionadas com a comercialização das safras e estão apresentadas no balanço patrimonial na conta dos cooperados açúcar e álcool. A partir deste exercício as despesas e receitas a ratear passaram a ser apropriadas para as contas dos cooperados em duas etapas, sendo a primeira em dezembro e a segunda em maio. O resultado final será refletido ao término da comercialização da safra quando é procedido o seu rateio aos cooperados em proporção à produção entregue.

Semestralmente, nos meses de novembro e maio, é calculada a taxa de comercialização sobre os saldos devedores e credores da conta movimento. O resultado apurado está contabilizado na conta "cooperados conta movimento", em contrapartida às despesas ou receitas a ratear.

(b) Ativo e passivo circulante

As contas de cooperados, com a mesma nomenclatura e não passíveis de compensação, por terem naturezas distintas e não haver relação entre cooperados credores e devedores, estão demonstradas separadamente no ativo e passivo.

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, transformação ou transferência, inferiores ao valor de mercado.

Os empréstimos estão sendo atualizados e os encargos incorridos até o final do exercício estão provisionados.

(c) Permanente

Demonstrado ao valor do custo de aquisição, por considerar que, devido às características de cooperativa. a sociedade está desobrigada de refletir os efeitos inflacionários sobre o ativo permanente e patrimônio líquido, bem como de aplicar o método da equivalência patrimonial para o investimento relevante em empresa controlada, ambos os procedimentos instituídos pela legislação vigente.

A depreciação do imobilizado é calculada sobre o custo histórico, pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária.

2. COOPERADOS CONTA MOVIMENTO

Integrando a conta movimento de cooperados, no ativo circulante, há um montante de Cr$ 66.669.751 mil (1982 - Cr$ 30.928.236 mil) devido por usinas cooperadas que, de acordo com confissão de dívida com pacto adjeto de penhor mercantil e outras garantias, seria liquidado em três parcelas anuais, mas a primeira parcela, vencida em 31 de maio de 1982, não foi recebida, tornando vencíveis a curto prazo as outras duas parcelas, razão pela qual foram demonstradas integralmente no ativo circulante. Sobre o saldo devido por essas usinas cooperadas incide correção monetária com base na variação das ORTN's e juros de 5% ao ano capitalizados semestralmente. Para garantia desse saldo foram recebidas notas promissórias avalizadas por todos os acionistas ou quotistas dessas usinas cooperadas. A correção monetária e os correspondentes juros capitalizados, passaram, a partir de 1.º de junho de 1982, a ser classificados na conta de receitas eventuais a ratear do exigível a longo prazo.

3. ACEITES POR CONTA DE CRÉDITOS FUTUROS — TÍTULOS A PAGAR

Nesta conta são registrados os valores de letras de câmbio aceitas pela cooperativa em favor dos cooperados. Tem sido prática normal o desconto pelos cooperados dessas letras devidamente endossadas. Nas datas dos vencimentos a cooperativa efetua a liquidação, contabilizando o valor pago a débito da conta "cooperados conta movimento".

4. ESTOQUES

	Milhares de cruzeiros 1983	1982
Açúcar	5.550.690	2.375.534
Álcool	1.834.262	7.573.777
Sacaria e embalagem	2.296.665	671.318
Produtos químicos e outros	607.846	354.611
	10.289.463	10.975.240

5. INVESTIMENTOS - EMPRESA CONTROLADA (COMPANHIA UNIÃO DOS REFINADORES - AÇÚCAR E CAFÉ)

	Milhares de cruzeiros 1983	1982
(a) Movimentação		
No início do exercício	2.003.261	359.617
Integralização de capital com créditos em contas-correntes	3.930.169	1.641.589
Aquisições	166	2.055
No fim do exercício	5.933.596	2.003.261

	Quantidades e cruzeiros - em milhares 1983	1982
(b) Posição da participação (99,95% do capital social)		
Capital social integralizado	3.975.650	2.738.925
Patrimônio líquido contábil em 31 de dezembro de 1982 e de 1981	16.232.397	7.476.033
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 1982 e de 1981	1.716.426	121.407
Número e tipo de ações possuídas		
• Ações ordinárias	287.733.417	191.821.571
• Ações preferenciais	197.672.332	131.775.300

	Milhares de cruzeiros 1983	1982
(c) Saldos decorrentes de operações com a empresa controlada		
Duplicatas a receber	15.086.710	5.778.337
Outros créditos	88.266	1.737.768

As ações correspondentes ao investimento na Companhia União dos Refinadores - Açúcar e Café foram oferecidas em garantia de financiamentos obtidos; 27% em 1983 e 40% em 1982.

6. COMPROMISSOS DE WARRANTAGEM

Representam financiamentos obtidos junto ao sistema financeiro, mediante a garantia em comodato do açúcar e álcool produzidos e estocados nos depósitos dos próprios cooperados, ou mediante entrega de duplicatas de emissão da cooperativa, dadas em substituição a essas garantias. Os encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos correspondem a juros entre 10% e 12% mais correção monetária e de 55% (1982) ao ano e vencem na mesma data do principal. Os juros incorridos foram registrados a débito das contas de despesas a ratear.

7. CREDORES POR FINANCIAMENTOS

	Milhares de cruzeiros — Curto prazo 1983	Curto prazo 1982	Longo prazo 1983	Longo prazo 1982
Instituto do Açúcar e do Álcool - IAA				
• Juros de 5% ao ano, mais correção monetária com base na variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, calculados e debitados no último dia útil de cada semestre civil e no vencimento do contrato; são resgatáveis até 1986	6.920.653	2.839.732	20.761.958	11.358.928
Outros Credores	4.724.265	1.233.232	158.917	23.173
	11.644.918	4.072.964	20.920.875	11.382.101

8. CAPITAL SOCIAL

O capital social da cooperativa é dividido em quotas-partes no valor de Cr$ 1,00 cada uma, variando com o número de associados e com a quantidade de quotas-partes subscritas. O número de quotas-partes que cada associado subscreve, obrigatoriamente, será proporcional a sua quota autorizada de produção de açúcar e de álcool.

São Paulo, 30 de junho de 1983

JOSÉ LUIZ ZILLO
DIRETOR PRESIDENTE

RAUL COURY
DIRETOR SECRETÁRIO

HERMINIO OMETTO
DIRETOR VICE-PRESIDENTE

MENEZIS BALBO
DIRETOR

WERTHER ANNICCHINO
DIRETOR SUPERINTENDENTE

GUILHERME AZEVEDO SOARES GIORGI
DIRETOR

ALCIDES BRUNELLI
DIRETOR TESOUREIRO

JORGE AFFONSO
DIRETOR

DIVINO JOSÉ MOREIRA
CONTADOR CRC SP 33574
ECONOMISTA CRE II SP 2309

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Conta de Sobras e Perdas, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e as Notas Explicativas da Diretoria, correspondentes ao exercício findo em trinta e um de maio de mil novecentos e oitenta e três, para fins de atendimento do artigo 71 do Estatuto Social.

Baseados no exame efetuado e ainda suportados no Parecer dos Auditores Independentes, somos de parecer que os documentos que nos foram apresentados, merecem aprovação dos Senhores Cooperados.

São Paulo, 1.º de julho de 1983

HENRIQUE ANSELMO BELLODI — HOMERO CORRÊA DE ARRUDA FILHO — JAMIL JAQOB

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Conselheiros da Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo em 31 de maio de 1983 e de 1982 e as correspondentes demonstrações da conta de sobras e perdas e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas. Efetuamos nossos exames consoante normas de auditoria geralmente aceitas, incluindo, por conseguinte, as provas nos registros e documentos contábeis e a aplicação de outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias. Os exames das demonstrações financeiras da Companhia União dos Refinadores - Açúcar e Café, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, tendo como base os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 1982 e de 1981, e nosso parecer, no que se refere ao valor desse investimento em 31 de maio de 1983 e de 1982, contabilizado pelo custo de Cr$ 5.933.596 mil (1982 - Cr$ 2.003.261 mil), está baseado exclusivamente no relatório desses outros auditores, como mencionado no parágrafo 2 (b) a seguir.

2. (a) Conforme referido na Nota 1 (c), não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras os efeitos inflacionários sobre o ativo permanente, no montante estimado de Cr$ 25.616.000 mil (1982 - Cr$ 9.550.000 mil), e os efeitos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial para o investimento na controlada, no montante estimado de Cr$ 2.594.000 mil (1982 - Cr$ 1.860.000 mil). Caso fossem adotadas essas diretrizes contábeis, o patrimônio líquido seria aumentado pelos referidos montantes.

(b) O parecer dos auditores independentes sobre o exame das demonstrações financeiras da empresa controlada, Companhia União dos Refinadores - Açúcar e Café, em 31 de dezembro de 1982 e de 1981, menciona que "A controlada Brasilian Food Products, N.V. é auditada por outros auditores independentes que, até a data do encerramento de nossos exames, não haviam ainda apresentado seu parecer sobre as demonstrações contábeis daquela empresa para 31 de dezembro de 1982 e de 1981" e apresenta opinião sujeita aos efeitos de possíveis ajustes em decorrência de não haver sido concluído o exame do investimento daquela controlada.

3. Conforme referido na Nota 2 às demonstrações financeiras, "cooperados conta movimento" inclui a parcela a receber de Cr$ 66.669.751 mil no ativo circulante (1982 - Cr$ 30.928.236 mil), proveniente de acordo havido com usinas cooperadas, e está garantida por notas promissórias avalizadas por todos os acionistas e quotistas dessas usinas.

4. Com base em nossos exames e no parecer da responsabilidade de outros auditores independentes, como referido no parágrafo 1, somos de parecer que, exceto quanto aos efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo 2 (a) e sujeito aos efeitos do assunto mencionado no parágrafo 2 (b) e à realização dos valores a receber de usinas cooperadas mencionado no parágrafo 3, as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente a posição financeira da Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo em 31 de maio de 1983 e de 1982 e o resultado da conta de sobras e perdas e as origens e aplicações de recursos desses exercícios, de conformidade com princípios contábeis geralmente aceitos, aplicados de maneira uniforme.

PRICE WATERHOUSE
Auditores Independentes
CRC-SP 160

São Paulo, 1.º de julho de 1983

Wilson Grejo
Contador
CRC-SP 69.545